



O futuro do PAT: incertezas e polêmicas rondam o Programa de Alimentação do Trabalhador

Decisões pendentes no Congresso e no Executivo podem alterar drasticamente o Programa de Alimentação do Trabalhador, impactando 24 milhões de brasileiros.

29/08/2023

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que beneficia cerca de 24 milhões de brasileiros, enfrenta um período de incertezas. A caducidade da Medida Provisória 1.173/2023 e a aprovação de uma nova MP que permite a portabilidade dos vales alimentação e refeição colocam em xeque o futuro do programa. Enquanto isso, trabalhadores, empresas e associações aguardam ansiosamente as decisões que podem afetar a vida de milhões.

O PAT foi criado em 1976 e atualmente é regulamentado pelo Decreto nº 10.854 de 2021. O programa tem como objetivo melhorar a qualidade da alimentação do trabalhador brasileiro e é adotado por mais de 310 mil empresas no país. No entanto, o programa tem sido objeto de intensos debates no Congresso Nacional, especialmente após a caducidade da MP 1.173/2023.

O que está em jogo?

A Medida Provisória 1.173/2023 tinha como objetivo estender o prazo para o governo regulamentar mudanças no PAT. A medida foi aprovada na comissão mista do Congresso, mas não chegou a ser votada no plenário da Câmara dos Deputados, perdendo sua validade em 28 de agosto de 2023. O presidente da Câmara, Arthur Lira, expressou desconforto por não ter sido consultado previamente, o que contribuiu para a caducidade da MP.

Uma nova Medida Provisória, ainda pendente de regulamentação pelo Poder Executivo, prevê que a partir de 31 de dezembro de 2024, os trabalhadores poderão escolher a gestora do seu vale-refeição e vale-alimentação. Essa escolha poderá ser influenciada por acordos e convenções coletivas de sindicatos, o que adiciona uma camada de complexidade à situação.

O impacto da inflação

A inflação e os **juros** altos também têm afetado o poder de compra dos vales. Segundo uma pesquisa da Sodexo, o saldo do vale-refeição dura em média 11 dias por mês, dois dias a menos do que em 2022. Isso significa que os trabalhadores estão pagando mais refeições do próprio bolso.

Associações como a Associação Brasileira das Empresas de Benefícios ao Trabalhador (ABBT) e a Associação Brasileira de Recursos Humanos de São Paulo (ABRH-SP) têm posições divergentes sobre as mudanças propostas.

Enquanto a ABBT vê a portabilidade como uma ameaça ao programa, a ABRH-SP levanta preocupações sobre o aumento de custos que poderiam ser repassados aos empregadores e, conseqüentemente, aos trabalhadores.

O futuro do PAT é incerto e as decisões que serão tomadas nos próximos meses poderão ter impactos significativos, tanto para os trabalhadores quanto para as empresas. O debate está longe de ser concluído e todos os olhos estão voltados para o Congresso e o Executivo, que têm em suas mãos o destino de um programa que afeta milhões de brasileiros.

Publicado por
JULIANA MORATTO